

**CABAÇO, José Luis.** *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*, São Paulo, Editora UNESP, 2009, 359 pp.

### **A invenção de Moçambique**

Sandro M. de Almeida-Santos

Doutorando em Antropologia Social (DAN/UnB)

O ponto central da tese de doutorado de José Luis Cabaço, defendida no PPGAS da Universidade de São Paulo em 2007 e premiada pela AN-POCS em 2008, é demonstrar a construção de uma identidade nacional moçambicana em oposição à autoridade de Portugal. A formação de Moçambique é lida a partir de um prisma materialista histórico. O autor apresenta uma história de longo prazo cobrindo desde a primeira presença portuguesa na região (1498) até a conquista da independência em 1975. Ele concede maior dedicação aos acontecimentos posteriores à chamada “ocupação efetiva”, a partir dos anos 1890, que lhe permitem expor com clareza as dicotomias do regime colonial: “civilizados” x “indígenas”; “portugueses” x “africanos”; “brancos x negros”.

A “poética do contraste”<sup>1</sup> é explorada por Cabaço como elemento fundador da sociedade moçambicana no século XX. Reflexões sobre “a essência dualista da sociedade colonial” (Cabaço, 2009, p.27) acompanham todo o livro. Seu argumento, de cunho nacionalista, é que o descontentamento duradouro e generalizado com a estrutura do regime colonial, na cidade e no campo, possibilitou a emergência de uma identidade moçambicana sem as divisões entre “brancos” e “negros”, “civilizados” e “indígenas”. Sob a liderança da Frente de Libertação de Moçambique

(FRELIMO), uma nova nação, um “homem novo”, estaria nascendo nos anos 1970. Organizado cronologicamente, o livro é, sem dúvidas, uma rica fonte de dados para aqueles interessados na história social/cultural do colonialismo e dos movimentos pró-independência em África.

José Luis de Oliveira Cabaço nasceu em Moçambique e foi participante ativo das mobilizações pela independência de seu país. Um grande mérito de sua tese é justamente oriundo da sua condição de sujeito engajado com as lutas de libertação, o que lhe permite intimidade com muitos dos fatos narrados. Ele, branco, filho de uma elite que se distanciava formalmente/juridicamente da maioria de negros, empenhou sua vida em defesa de transformações políticas e sociais em sua terra natal. Como militante, conhece bem as mazelas provocadas pela colonização portuguesa e, como antropólogo, soube descrever habilmente o processo de construção de Moçambique enquanto Estado.

O modelo de organização social português, bem como a religião e a filosofia europeias foram difundidos na porção de terra localizada ao sudeste do continente africano, submetendo pela negociação e/ou pela força, pouco a pouco, diferentes comunidades africanas, hindus e muçulmanas do litoral e do interior. O autor comenta que os primeiros colonos em Moçambique foram responsáveis pelo estabelecimento de um modelo de relações de poder inspirado no feudalismo português, casando-se com mulheres de linhagens africanas (idem, p.57s). Mas até finais do século XIX, a presença lusa era tímida no território. Os pioneiros sequer são considerados os primeiros heróis nacionais. Os “portugueses-africanos”, mestiços, estavam muito mais para “africanos” do que “portugueses” aos olhos de Lisboa. Cabaço argumenta que os brancos da terra, como eram classificados no tempo da “ocupação efetiva”, em virtude de sua desqualificação técnica, foram preteridos para exercer o alto escalão da administração e das empresas coloniais. Começava a se delinear com maior contundência a oposição entre colonizadores e colonizados. (pp.122-123)

Os primeiros heróis nacionais de Moçambique fazem parte da geração de colonos responsável pela ocupação militar portuguesa. São heróis lusíadas, conquistadores. Em 1895, após anos de guerras contra lideranças locais (makonde, swahili, makua, etc.), Moçambique é institucionalizado como apêndice de Portugal. A celebrada “Geração de 95”, de Antônio Enes, protagonista da “ocupação efetiva”, ainda que defendesse a descentralização administrativa, legislativa e econômica do governo colonial, era fiel à autoridade da metrópole (p.70).

Cabaço discute o lugar da antropologia na empresa colonial argumentando que, àquela época, o colonialismo português se sustentava filosoficamente na influência do evolucionismo francês, segundo o qual os “selvagens” podiam/deviam ser educados para adquirir a “civilização”. Tal concepção justificava, segundo o autor, uma “missão civilizatória”, que organizava a sociedade colonial segundo a distinção entre “civilizados” e “indígenas” (pp. 83s). A categoria de “indígenas” era ainda ramificada entre “assimilados” e “não assimilados”. “Civilizados” eram os sujeitos brancos, de educação europeia. “Indígenas” eram os negros nascidos no local. “Assimilados”, a princípio, eram aqueles negros que se formavam nas escolas missionárias, sabiam falar o português e podiam ser aproveitados no comércio, nas fábricas ou mesmo nos afazeres domésticos (p. 104).

A política de assimilação, no entanto, era limitada pela baixa capacidade de penetração portuguesa no interior, culminando em um arranjo político-administrativo mais próximo ao modelo de “governo indireto” praticado pelos ingleses em suas colônias, em detrimento do modelo francês. Os territórios ocupados por populações “não-assimiladas” foram chamados de “circunscrições indígenas”, administradas por “régulos” (lideranças “assimiladas” legitimadas pelo governo colonial) e “tribunais tradicionais” com autonomia para resolução de conflitos localizados (p.57s). Grandes porções de terra foram concedidas a empresas multinacionais

(anglo-portuguesas na maioria), chamadas Companhias Majestáticas, as quais possuíam amplos poderes administrativos, entre eles exclusividade na exploração da mão de obra e das matérias-primas (p.68s).

A autoridade portuguesa esteve distante de Moçambique até que a implantação do Estado Novo de Portugal (1926) repercutisse na província: a ditadura capitaneada por Antônio Salazar, que durou mais de 40 anos, levou para as extensões de seu Império Ultramarino um corpo burocrático muito mais presente no cotidiano dos cidadãos. Uma nova leva de lusitanos foi estimulada a migrar para exercer empregos públicos. As cidades cresceram. Após os anos 30, a segmentação entre populações distintas por seu estatuto jurídico foi acentuada. A separação formal entre “civilizados” e “indígenas” foi exposta na prática em virtude da intensificação do convívio (p.104s).

Em uma leitura materialista histórica não poderia faltar o conflito de classes. Cabaço conta que a urbanização trouxe consigo o aumento do contingente de “indígenas” (assimilados e não assimilados) nas cidades, que passaram a residir nas periferias; movimento que ele qualificou como a formação de grupos sociais “periurbanos”. A separação “civilizado” e “indígena”, no contexto capitalista urbano, é traduzida por Cabaço na divisão entre “capital” e “trabalho” (p.139s).

O autor traz como ilustração da separação entre brancos e negros, o episódio de sua aproximação com um “criado” da sua família, o “indígena assimilado” Rafael Arcanjo. Certo dia, eles foram ao estádio de futebol, torciam pelo mesmo clube, mas foram obrigados a sentar separadamente nas arquibancadas. O processo de conquistar a confiança de Rafael parece não ter sido fácil. O jovem “assimilado” era fechado e arredo, comportamento comum ao sujeito oficialmente marginalizado pela cor de sua pele e por sua origem familiar. A confiança veio paralelamente a uma demonstração de respeito. Rafael foi preso regressando da escola, à noite, fora do horário de circulação permitido aos “indígenas”. Levado à delegacia, foi

posto a realizar trabalhos de limpeza. Quando Cabaço lá chegou e se deparou com a cena, criticou veementemente os guardas e ordenou a soltura do homem (pp.133-138).

A atitude foi tão surpreendente que Rafael Arcanjo criou a categoria de “branco diferente” (p.138) para se referir ao jovem José Luis Cabaço.

“Você se recorda que, quando falava ao polícia, se referia a mim como ‘este senhor’? Sempre os brancos me trataram por ‘rapaz’! Nunca um branco me tratara por ‘senhor’ e isto nunca mais esqueci.”(p. 138)

E Moçambique contava com outros “brancos diferentes”! Em Portugal, os chamados “liberais” eram adversários políticos do regime de Salazar. Na colônia, os opositoristas brancos da ditadura lusitana levantaram a bandeira da segregação racial e abriram novos canais de comunicações com lideranças “assimiladas” que habitavam a periferia das cidades. O domínio português em Moçambique foi perdendo o fôlego pouco a pouco a partir dos anos 50.

O autor dedica um capítulo às “Reformas luso-tropicais”, inspiradas nas teorias de Gilberto Freyre; um último suspiro do poder salazarista, que recorre à antiga ideia de “missão civilizatória” lusíada para justificar a relutância portuguesa em abandonar o colonialismo. Em 1961, o estatuto de “assimilado” deixa de existir. Os tribunais “tradicionais” são extintos – todos devem se submeter à justiça nacional. A partir de então, os nascidos em solo moçambicano são considerados cidadãos de Portugal. Cabaço demonstra que a concessão de cidadania portuguesa e o apelo ao lusotropicalismo, contudo, não foram suficientes para aplacar os ânimos pró-independência. Acompanhando a tese, enquanto Salazar patrocinava excursões de Freyre às colônias portuguesas para teorizar sobre os aspectos positivos da “civilização lusotropical” e da miscigenação, os africanos que tiveram a oportunidade de estudar na Europa, por lá conheceram o socia-

lismo e se engajaram na rede internacional dos movimentos de independência, pois eles conheciam bem os aspectos negativos do colonialismo. Eduardo Mondlane, mentor do projeto nacionalista moçambicano, fazia parte deste grupo (p.152s).

Foram quase 20 anos de conflito armado, muitas mortes e prisões. De acordo com Cabaço, enquanto nas cidades os africanos letrados habitantes dos subúrbios se aliaram aos brancos liberais, no campo, o trabalho forçado nas culturas de rendimento e a ingerência dos agentes oficiais do governo colonial nos assuntos das comunidades criaram condições para a mobilização das populações insatisfeitas. Muitos dos que foram à Europa estudar atuaram como ideólogos do movimento nacionalista e embaixadores da causa libertária. A FRELIMO, sob a liderança de negros e brancos de educação europeia, atuava no recrutamento dos descontentes, urbanos e rurais, tendo em vista a construção de uma nacionalidade moçambicana, afirmada oficialmente com a conquista da independência em 1975 (p.243s).

A agenda política da FRELIMO pretendia eliminar as “tribos” para dar espaço à “nação” (p. 280s), mas a invenção de um Estado-nação não eliminou as antigas relações entre as linhagens africanas, e, neste ponto, a pesquisa deixa algo a desejar. Qual a contribuição das tradições africanas para a história social de Moçambique, para a identidade, para a libertação? As relações complexas entre a população de origem africana e as chamadas “autoridades tradicionais”<sup>2</sup>, bem como as relações entre essas “autoridades tradicionais” e as “autoridades coloniais” foram exploradas superficialmente. O olhar macroscópico para um “Moçambique” pode ter inibido, em nosso autor, a visão de microscópicos “moçambiques”. Algumas passagens no livro permitem entender que os povos africanos são tidos por populações passivas, que apenas observaram sua “cultura” ser aniquilada pelo colonizador branco.

Segundo o autor, à época da “ocupação efetiva”, a pulverização do poder provocada pela queda do Império de Gaza estimulou “elementos centrífugos nas sociedades dominadas, que logicamente, lhes inibiram a dinâmica interna e a capacidade de resposta política e cultural à consolidação do poder estrangeiro” (p. 76). No entanto, outras pesquisas recentes defendem que, apesar de todos os pesares oriundos do contato violento, as rearticulações das relações de poder locais e as transformações dos costumes não ocorreram de forma tão “lógica” e merecem ser estudadas mais de perto (ver Bowen, 2000; Florêncio, 2005; Negrão, 1995; Pitcher, 1998).

O descontentamento com relação à autoridade de Portugal, conforme a tese demonstra, serviu para suspender conjuntamente a “poética dos contrastes” no seio do território moçambicano face à existência de um opositor em comum, a pesada lei portuguesa. A FRELIMO alçou Samora Machel à presidência, um sujeito de ancestralidade africana educado em escola cristã. Em outros tempos: um “indígena assimilado”. Mas a história de Moçambique, após a independência, não foi a história da construção de uma sociedade igualitária e democrática, como pretendiam as lideranças do novo Estado. O autor avalia que as políticas socialistas não foram capazes de romper radicalmente com a “sociedade colonial” nem tampouco consolidar a tal “identidade nacional” em contexto de tamanha fragmentação. Os percalços do governo pós-independência, no entanto, não tiram o brilho desta pesquisa muito bem documentada e temperada pelo envolvimento pessoal do autor.

## Notas

- 1 Tomo emprestado o termo empregado pelos Comaroff para designar o processo de distinções e congelamento de identidades estereotipadas em alteridades hierarquicamente classificadas, que caracterizou o colonialismo europeu no continente africano (ver Comaroff e Comaroff, 1997: 26).
- 2 Entendendo autoridade tradicional como a liderança político-espiritual legitimada por sua

capacidade de intermediar entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos. (Florêncio, 2005:15).

## Referências Bibliográficas

BOWEN, Merle

2000 *The State against the Peasantry: Rural Struggles in Colonial and Postcolonial Mozambique*, Charlottesville and London, University of Virginia Press.

COMAROFF, Jean e COMAROFF, John

1997 *Of revelations and revolutions: Christianity, colonialism, and consciousness in South Africa v 2*, Chicago, The University of Chicago Press

FLORÊNCIO, Fernando

2005 *Ao Encontro dos Mambos: autoridades tradicionais vaNdau e Estado em Moçambique*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais

NEGRÃO, José

1995 *One Hundred Years of African Rural Family Economy: the Zambezi delta in retrospective analysis*, Lund, Lunds Universitet Reprintcentralen

PITCHER, Anne

1998 "Disruption without transformation: Agrarian relations and livelihoods in Nampula Province." *Journal of Southern African Studies*, vol. 24, issue 1: 115-141